

TER OU NÃO TER, EIS A QUESTÃO: algumas reflexões em torno da disponibilidade e da acessibilidade documentária

Palestra de ANTONIO MIRANDA

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE
São José dos Campos, SP. 29 de março de 2005

Há algum tempo atrás eu visitei uma importante instituição de ensino privado no sul do país e o reitor me levou à biblioteca com o pretexto de mostrar uma solução para os problemas de acesso à informação de sua comunidade acadêmica. Em vez de investir no desenvolvimento do acervo, havia contratado os serviços do *Web of Science* arrendando, com isso, resolver a questão do suprimento de documentos e informações aos usuários. Não sabia ele que o *Web of Science* é um serviço de referência para auxiliar a pesquisa bibliográfica e que **não é um instrumento de acesso ao documento primário...**

De onde vinha a confusão? Da CAPES que estava descontinuando o seu programa de aquisição centralizada de revistas científicas para as bibliotecas dos cursos de pós-graduação do país considerados centros de excelência da pesquisa. Havia problemas administrativos e orçamentários para a manutenção de um programa daquela magnitude. Desafortunadamente, as universidades e centros de pesquisas também não tinham como assumir o custo das assinaturas descontinuadas.

O acesso a cópias de artigos científicos, via COMUT, não entrou em colapso porque muitas bibliotecas, principalmente as do Estado de São Paulo, continuaram fazendo suas aquisições e disponibilizando seus acervos para a produção de cópias em papel ou por escaneamento (OCR), garantindo o envio pelo correio regular ou via Internet aos usuários externos, ainda que a partir de uma base bibliográfica bem mais limitada e geograficamente confinada. Houve uma fantástica concentração de acervos no sudeste, principalmente em São Paulo, nos últimos anos nem tanto pela expansão de assinaturas no referido estado da federação mas pelo encolhimento dos serviços nas demais regiões.

A CAPES também recorreu ao *Web of Science*. Em verdade, em vez de dar alimento para matar a fome estava aumentando o apetite... Em vez de garantir as coleções de periódicos (que estava descontinuando) a CAPES partiu para a assinatura dos serviços de revistas eletrônicas através de seu PORTAL DE PERIÓDICOS.

Parecia ser a solução, substituindo a **disponibilidade** distribuída por uma centena de bibliotecas e concentrando o serviço num dispositivo de **acessibilidade** em linha.

Mais de uma vez trabalhei com orientandos de doutorado e com alunos de graduação na análise da oferta e do uso da plataforma. Nem o *Web of Science* substituía as revistas nem o

Portal conseguiu atender às necessidades da comunidade universitária, não obstante a excelência do serviço. São serviços diferentes e um não necessariamente substitui o outro.

As revistas científicas que estavam depositadas nas bibliotecas atendiam não apenas aos pesquisadores locais e pos-graduandos **mas a todo e qualquer usuário e, por via da comutação, também aos usuários externos**. O Portal da Capes atende apenas **a um conjunto determinado de instituições e usuários definidos** e, se houver descontinuidade na prestação de serviço, **ele não deixa acervo nas bibliotecas**.

Na última transição de governo, a comunidade acadêmica e científica viveu momentos de angústia pela incerteza da continuidade do programa que, se não substituía o programa anterior de assinaturas de revistas científicas em papel e/ou em CD-ROM, sem ele haveria o agravamento do problema.

A estas alturas caberia perguntar que se entende por **disponibilidade** e por **acessibilidade**.

A capacidade que as bibliotecas têm de selecionar, adquirir, organizar e prestar serviços a partir de uma coleção física de documentos é tradicionalmente denominada **disponibilidade documentária**.

A capacidade que as bibliotecas têm de organizar serviços de busca de documentos e informações em outros repertórios para o atendimento de seus usuários está baseada na **acessibilidade documentária**.

São questões complementares que vêm mudando a sua natureza com o avanço das tecnologias. Antigamente as bibliotecas restringiam-se à disponibilização de seus acervos mediante serviços tradicionais de consulta local e empréstimo domiciliar mas vêm ampliando tais serviços pela facilitação de seus acervos em linha. Mas os avanços são modestos sobretudo por causa da questão dos direitos autorais. Dou um exemplo: a biblioteca do IVIC, uma das maiores bibliotecas de ciência e tecnologia do subcontinente, com sede em Caracas, oferecia acesso em linha às suas coleções de revistas em CD-ROM para a comunidade interna mas tinha dificuldades para abrir o serviço para usuários extra-muros por causa da lei dos direitos autorais. Moral da história: nem tudo que é disponível pode ser acessível.

No caso do Portal da Capes, o acesso está garantido mediante pagamento adiantado conforme o volume de uso. A maior volume de uso corresponde uma assinatura de valor mais elevado, razão de seu acesso restrito por um número pré-fixado de usuários institucionais.

É certo que os acervos hemerográficos (ou seja, de periódicos) estão longe de se constituírem nos documentos de consulta mais populares em nossas instituições de ensino embora tenham esta primazia nos centros de pesquisa e, em parte, na pós-graduação. Nossos métodos pedagógicos ainda privilegiam o ensino presencial e o uso de livros-textos e apostilas, que estão muito longe da modernidade dos serviços de referência eletrônicos e da acessibilidade em linha a serviços mais sofisticados.

Uma questão decorrente da afirmação anterior, é o acesso a livros-textos e aos demais documentos monográficos de apoio ao ensino, de forma massificada, ainda vigente em nosso sistema educacional. O governo vem anunciando o acesso a estes materiais bibliográficos através de um novo portal, mas nós sabemos que isso leva a mais massificação e não às mudanças desejáveis nos métodos de ensino. De novo, **não estamos condenando** a oferta de um serviço de acessibilidade a bases de textos didáticos, **mas duvidando** da possibilidade dele substituir as coleções das bibliotecas. São coisas diferentes. Assim como o Portal de Periódicos da Capes não vai resolver o problema da disponibilidade de revistas nas bibliotecas muito menos um serviço centralizado de textos didáticos vai resolver o problema dos livros-textos no ensino brasileiro.

Já me encontrei com mais de um reitor de instituição privada de ensino – e nos últimos anos visitei dezenas dessas instituições em todas as regiões brasileiras – **sonhando com a possibilidade de financiar a aquisição de um lap-top para cada estudante**. Querem eliminar ou minimizar os custos das aquisições de materiais bibliográficos e a manutenção de suas bibliotecas... Cheguei a participar de um projeto dessa natureza com a Escola do Futuro da USP em que o cliente efetivamente fazia uma proposta desta natureza. E venho ouvindo esta fantasia cada vez com mais frequência.

Com o agravamento da crise orçamentária das universidades e centros de pesquisa, cada vez mais ouço pessoas da alta administração buscando soluções do mesmo tipo, achando que a acessibilidade vai substituir a disponibilidade de acervos. Acham que sala de leitura é dispensável quando está demonstrado, pela prática, que as bibliotecas que oferecem melhores condições de uso (incluindo acesso à Internet) ampliam consideravelmente o fluxo de usuários que, via de regra, não dispõem das mesmas comodidades e facilidades no trabalho e em casa.

Nenhuma biblioteca, em tempo algum, pode atender a demanda de seus usuários com recursos próprios. Desde a criação das bibliotecas na antiguidade mais remota, elas buscaram colaboração com outras instituições para ampliar os seus serviços, conforme as tecnologias do momento. No antigo Egito e na Idade Média valiam-se de calígrafos para copiar pergaminhos de outras bibliotecas; na era moderna, mesmo depois da invenção da imprensa, andam à busca de exemplares através de serviços cooperativos de toda natureza. Não é a toa que as primeiras transmissões de dados em linha aconteceram entre bibliotecas de Ohio e deram lugar ao OCLC, que surgiu como *Ohio Computer Library Center* e depois, pela absorção de tecnologias de redes mais avançadas e pela ampliação de seus serviços cooperativos, tornou-se o *On-Line Computer Library Center*. Na prática, os países avançados ensinam que eles baseiam toda a sua capacidade de desenvolver serviços em linha (acessibilidade) **na riqueza dos acervos** (disponibilidade) de suas instituições.

Sintomaticamente, na hora em que os países mais avançados do mundo avançaram na automação de seus serviços – supostamente reduzindo os espaços de armazenamento de acervos – é que elas iniciaram a construção das maiores bibliotecas do planeta... Aí estão as construções monumentais da *British Library* e as quatro torres de 40 andares da Biblioteca Nacional de Paris.

O avanço das coleções digitais não diminui o volume das aquisições de materiais convencionais pelas grandes bibliotecas norte-americanas e européias.

Podemos imaginar um futuro em que tudo estará acessível mas é igualmente presumível que **o acessível será o disponível em algum lugar**. Toda a documentação do mundo tem um endereço físico, mesmo que o acervo esteja totalmente digitalizado. E seria ingênuo imaginar que teremos sempre acesso gratuito a todo o acervo disponível...

Ter ou não ter: eis a questão.

Deixo para o final, duas questões entre tantas que poderiam ser analisadas em relação ao problema.

A primeira é saber se faz sentido que toda biblioteca desenvolva acervos de uma forma persistente e indiscriminada. Claro que não. Cada biblioteca vai ter que definir suas políticas de desenvolvimento de acervo e saber o que deve ser disponibilizado e o que pode vir a ser acessível em linha, conforme as suas estratégias. Acredita-se que a capacidade de atendimento das bibliotecas com recursos próprios varia de 40 a 60% e que a ampliação deste percentual é progressivamente mais oneroso e injustificável. A redução dos investimentos nos acervos, no sentido contrário, vai exigir mais investimentos na infraestrutura de acesso (computadores, programas) e na assinatura de serviços que são tão ou mais caros do que os convencionais.

Vou ilustrar com as indagações de Darcy Ribeiro. Trabalhei rapidamente com o nosso grande e visionário educador, no final da década de 60, quando ele estava exilado e eu era estudante de Biblioteconomia na Venezuela. Darcy me contou que fez a si mesmo e aos bibliotecários e professores da Universidade de Brasília, a seguinte questão: quantos livros eram necessários para desenvolver um acervo representativo do saber universal como para dar lastro às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade que ele estava projetando.

A questão poderia ser trivial para muitos mas não para uma mentalidade tão lúcida como a do Darcy. Ele queria ter a certeza de que a disponibilidade documentária fosse quantitativa e qualitativamente bastante para suportar as demandas previsíveis. Chegou a imaginar a cifra de 1 milhão de volumes, quantidade que qualquer das grandes universidades americanas multiplicariam por 2, 3 ou 5 ou mesmo por 10 na composição de seus estoques informacionais.

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília há muito ultrapassou esta quantidade pois já tem mais de 500 mil livros e mais do que isso de fascículos de periódicos e de outros materiais, conforme a tipologia que nós conhecemos (obras de referência, acervo de lastro ou básico, textos didáticos, literatura corrente de atualização, multimídia e tudo que vem surgindo de novo no mercado). Durante anos a biblioteca esteve aberta ao público 10 ou 12 horas por dia, baseada na premissa de que o acervo é o sistema inteligente da universidade e deve estar aberto o tempo todo. Em qualquer universidade ou centro de pesquisa, a biblioteca costuma ser o setor aberto a mais tempo para o maior número de usuários – mas, com as dificuldades orçamentárias e por desvios ideológicos, foi reduzindo os horários de

atendimento. Nos últimos anos vem tentando ampliar sua capacidade de atendimento substituindo a disponibilidade pela acessibilidade mas nós sabemos que são coisas diferentes... [Que proporção dos acervos pode ser acessado via internet? Que serviços estão efetivamente em linha em nossas bibliotecas?]

Nos últimos anos a disponibilidade documentária só vem decaindo no Brasil. Em quase todas as bibliotecas, de todo tipo, sejam públicas, escolares, especializadas ou especiais. No final da década de 70 tínhamos 18,26 livros por estudante nas bibliotecas das instituições de ensino superior do país. Era uma miséria quando comparada à disponibilidade das universidades dos países avançados. Nos últimos anos dobramos o número de estudantes mas o acervo, que já era limitado, não cresceu na mesma proporção e, pela falta de recursos para atualização, entrou num processo de obsoletização crescente dos estoques. Não vai ser apenas com serviços em linha que vamos resolver esta questão, sem ampliar e atualizar os acervos disponíveis além de mexer nos métodos de ensino e nas condições atuais da nossa alfabetização digital, num cenário de exclusão. O governo anuncia planos para ampliar ainda mais o ingresso de jovens à universidade, o que é importante para o desenvolvimento do país, sem definir as estratégias para a ampliação conseqüente e responsável da infraestrutura relativa a corpo docente, laboratórios e bibliotecas.

Por último, gostaria de convocar os ouvintes (ou leitores) para uma questão crucial. Não estamos contra a oferta de serviços como o *Web of Science*, o Portal de Periódicos e os textos em linha para apoiar o ensino e a pesquisa. Queremos que a CAPES, a Finep ou a Fapesp patrocinem serviços que ampliem a capacidade de atendimento de nossas bibliotecas.

O que nos preocupa é a falta de autonomia das universidades em questões tão básicas e vitais como a montagem de seus sistemas de informação, por falta absoluta de recursos. Que autonomia é esta em que as universidades não têm recursos financeiros para suas pesquisas e para a atualização de suas bibliotecas e depende sempre de serviços centrais promovidos pelo governo – não de forma suplementar mas fundamental – para as atividades mais triviais e básicas, de forma cada vez mais centralizada??? E até destruindo as bases cooperativas e solidárias que vínhamos desenvolvendo.

Em vez de fomentar novas e prioritárias linhas de pesquisa para o desenvolvimento do país, o governo patrocina o dia a dia de praticamente toda a pesquisa das universidades públicas. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação não promovem a pesquisa a partir de políticas institucionais próprias e autônomas – por que não têm recursos próprios para investir - mas limitam-se à regulamentação e gestão da atividade que é financiada e avaliada pelos órgãos nacionais ou estaduais financiadores externos. As propostas atuais de reforma não parecem apontar para a solução destas questões. Ao contrário, parecem ampliar a tutela do governo sobre as instituições de ensino e pesquisa.

Se não temos recursos nas universidades para financiar as pesquisas, menos teremos para manter e desenvolver bibliotecas, numa ação contínua e sustentada. Serviços externos podem satisfazer necessidades gerais, mas dificilmente vão resolver demandas específicas de nossas instituições.